

O mundo comenta a declaração dos quatro

A Venezuela explica por que não assinou o documento, o Peru propõe uma reunião especial, os banqueiros europeus gostaram...

O governo da Venezuela informou ontem oficialmente que "por questões de urgência, alheias a nosso país", não pôde subcrever a declaração conjunta firmada pelos presidentes do Brasil, da Argentina, da Colômbia e do México acerca do problema da dívida externa mas que "compartilha das considerações básicas" contidas no documento.

Já o governo do Peru pediu ontem uma reunião especial da Organização dos Estados Americanos para propor a elaboração de um plano de emergência de reativação econômica e social para a América Latina e as Caraíbas. A reunião extraordinária já foi convocada para amanhã pelo presidente do Conselho Político da OEA, o embaixador colombiano Posada de la Peña.

Ao mesmo tempo, fontes do Ministério da Economia da Argentina informavam que os chanceleres e ministros da Economia desse país, do Brasil, da Colômbia e do México se reunirão em Bogotá, em data a ser ainda fixada, para instrumentalizar a declaração conjunta sobre a dívida externa subscrita sábado.

No comunicado emitido pelo Palácio de Miraflores, o presidente Jaime Lusinchi (foto) afirma que, "com relação à declaração conjunta de Argentina, Brasil, Colômbia, México sobre política financeira e comercial internacional, emitida a 19 de corrente, o governo nacional reitera que a Venezuela compartilha das considerações básicas contidas em dita declaração conjunta". Acrescenta que, "não obstante, o presidente da República, a quem indelegavelmente compete a direção da política exterior, estimou oportuno e conveniente incorporar à dita declaração o seguinte parágrafo:



— Ao formular a presente declaração, que conta com o respaldo nacional de nosso povo, reafirmamos a vontade de manter estreita vigilância ao processo que denunciamos, para os fins de ajustar critérios e de formular políticas em função da receptividade que encontre nosso chamado e da evolução do sistema de relações político-econômicas entre os países devedores e credores.

O comunicado presidencial acrescenta que "isso supõe que a Venezuela não exclui a possibilidade de comparecer a uma reunião que possa definir iniciativas e vias de ação adequadas ao encontro de soluções satisfatórias", e que "para a Venezuela se tratou de um problema de instâncias de tempo e das necessárias reflexões que tais decisões magnas supõem". Destaca:

— O governo nacional assinala que por razões da urgência, alheias a nosso país, não foi possível que fosse considerada nossa proposta, a qual foi formulada com o mesmo espírito de entendimento e solidariedade que tem caracterizado a atuação internacional da Venezuela, relativa à promoção da reestruturação das relações econômicas internacionais entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

Antes de ser emitido o comunicado, o presidente do partido do governo, Ação Democrática, Gonzalo Barrios, expressara sua surpresa e preocupação ante o fato de a Venezuela não haver firmado a declaração conjunta dos quatro países. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez dissera sentir-se desconcertado ao inteirar-se que o documento do grupo de chefes de Estado latino-americanos não incluía a assinatura de Jaime Lusinchi.

Em Bogotá, o setor privado apoiou a proposta conjunta de Brasil, Argentina, Colômbia e México frente à alta das taxas de juros dos bancos norte-americanos. Pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, o ministro colombiano das Relações Exteriores, Rodrigo Lloreda Caicedo, disse que a América Latina não pode permanecer passiva ante os reajustes nas taxas de juros.

No México, a maioria dos partidos da oposição expressaram seu apoio ao governo para que siga adiante na formação de uma frente comum latino-americana que renegocie a dívida externa e enfrente os riscos que significam as altas das taxas de juros.

Em Lima, políticos peruanos de diversos partidos expressaram seu apoio à iniciativa dos presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

Em Havana, os meios oficiais cubanos receberam com complacência a declaração dos presidentes brasileiro, argentino, colombiano e mexicano, porém ainda não havia reação oficial.

Em Santiago, o governo militar chileno manteve silêncio em face da proposta conferência latino-americana destinada a discutir um plano comum para enfrentar o pagamento da crescente dívida externa.

Em Paris, o diário Le Monde afirmou em editorial que o apoio dos quatro presidentes latino-americanos em prol de melhores condições para o pagamento da dívida externa "constitui talvez a última oportunidade de discussão antes da constituição de uma frente de devedores".

Já em Londres, o comunicado conjunto Brasil-Argentina-Colômbia-México alarmou o mercado de capitais.

Argentina: os lucros ficam.

O governo argentino suspendeu ontem o direito dos investidores estrangeiros de transferir seus lucros e repatriar os investimentos. A medida foi decretada para "preservar o nível de reservas do país e enfrentar as dificuldades que representam o pagamento da dívida externa", justificou uma autoridade da área financeira do governo de Raul Alfonsín.

Segundo a decisão do governo, os investidores terão o direito de receber o equivalente às somas representadas pelos lucros, em títulos da dívida pública externa, denominada Bônus Externos da República Argentina (Bonex) e enviá-los ao exterior.

Os Bonex, que têm seu valor fixado em dólares, são vendidos nas casas de câmbio e bancos desde 1981 e rendem juros ligeiramente superiores à taxa da Libor (taxa interbancária europeia).

Sua cotação ontem foi de 47,50 pesos por dólar, comparada com o câmbio oficial do dólar que é de 41,59. Os portadores de Bonex que desejam trocá-los no exterior por dólares receberam ontem 72,55% do valor nominal em dólares.

Os autores da medida da suspensão de remessa de lucros disseram que essa vai persistir, "enquanto continuarem as dificuldades para o pagamento da dívida externa".

NA EUROPA

O documento, bem recebido pelos banqueiros.

— Estamos-nos aproximando rapidamente de um confronto entre bancos comerciais europeus e norte-americanos.

Essa é a opinião de um importante banqueiro francês quando indagado sobre "o grito de alarme" lançado pelos quatro presidentes latino-americanos — de México, Brasil, Colômbia e Argentina — exigindo medidas concretas para promover mudanças substanciais na política financeira e comercial internacional que possibilitem uma efetiva diminuição do peso da dívida externa e o restabelecimento dos fluxos financeiros em direção dos países em desenvolvimento.

As divergências entre europeus e norte-americanos já haviam sido evidenciadas na semana passada, quando da reunião dos ministros de Economia e Finanças da OCDE, razão pela qual a iniciativa dos chefes de Estado da América Latina está sendo bem recebida pelos banqueiros europeus, principalmente alemães, suíços e franceses.

Na área do governo francês afirma-se que tal atitude está de acordo com a posição que vem sendo defendida pelo ministro Jacques Delors. Isso porque seus esforços para estancar o endividamento francês também têm sido parcialmente neutralizados pela constante elevação das taxas de juros.

A França tem sido duplamente atingida. De um lado, a elevação das taxas de juros aumenta o peso de sua dívida e anula, em parte, os esforços para restabelecer o equilíbrio dos principais índices econômicos. Do outro, dificulta o reembolso dos créditos concedidos aos países em desenvolvimento.

Por sua vez, um banqueiro alemão chamou a atenção para dois aspectos distintos na declaração dos presidentes latino-americanos. Ao primeiro, político, deu pouca importância, afirmando que já não leva muito a sério os políticos alemães, não havendo razão para temer os latino-americanos, cujo objetivo principal diz respeito à política interna de seus respectivos países. Ele não acredita na formação de um cartel de devedores. Quanto ao aspecto técnico, disse estar inteiramente de acordo com os presidentes, convencido de que as elevadas taxas de juros prejudicam o cumprimento dos compromissos assumidos com a comunidade financeira.

— Não há aumento de exportação que agüente tal elevação.

A mesma fonte mostra-se pessimista quanto a uma rápida solução para o problema devido à intransigência norte-americana, acreditando que a chave de tudo está em Washington.

Ora, na semana passada, toda possibilidade de modificações no calendário de reescalonamento das dívidas dos países em desenvolvimento foi descartada pelos norte-americanos. O presidente Ronald Reagan, em Washington, e o secretário do Tesouro,

Donald Regan, em Paris, foram categóricos em suas declarações. Esse assunto será um dos mais delicados a ser debatido proximamente em Londres, quando da reunião dos chefes de Estado dos sete países mais industrializados do mundo ocidental.

Em Paris os analistas afirmam que a declaração não indica a existência de uma estratégia comum dos países mais endividados e sequer o desejo de declarar guerra ao sistema financeiro internacional, mas uma coisa é tida como certa: "A impossibilidade de pagar nas condições atuais". Diante disso, esse apelo dos chefes de Estado do continente latino-americano, "moderados e razoáveis", talvez seja a última oportunidade de um debate construtivo antes da constituição de uma frente de devedores. Desta vez parece tratar-se de uma ameaça real de cessação de pagamentos.

Continental Illinois

Mais do que as greves no Brasil, as rebeliões na Tunísia e no Marrocos ou as drásticas restrições no México, o recente caso do Continental Illinois National Bank parece ter sido o principal acontecimento que alertou os países industrializados para a gravidade da situação financeira internacional e a possibilidade de um crash financeiro. Ao que se assistiu na reunião da OCDE, da semana passada em Paris, ilustra bem a situação. Os países industrializados surgem como médicos que diagnosticaram o mal, mas evitam o tratamento por falta de acordo em relação aos remédios que devem ser ministrados.

Os ministros se separaram apenas constatando suas divergências e a gravidade da situação provocada pela evolução do caso do banco norte-americano. Paralelamente, cita-se a fórmula utilizada por um ministro mexicano para definir a situação dos países mais endividados:

— Solicita-se aos povos que já não têm cinto apertar mais dois ou três furos.

Hoje, alguns banqueiros já não têm mais ilusões de que algumas dessas dívidas jamais serão reembolsadas, razão pela qual o melhor caminho a seguir será o de limitar ou organizar os prejuízos. Ontem, um diretor de um banco francês, fazendo questão de manter seu anonimato, confessava em Paris:

— Essa crise de endividamento internacional vai-nos custar muito caro. Nós estamos melhor protegidos contra a explosão de uma bomba atômica do que contra essa crise financeira.

A mesma fonte está convencida de que os cidadãos dos países ricos não escaparão ao pagamento de uma espécie de imposto internacional, cuja forma ninguém ainda conhece.

Real Jr., de Paris.

NA ARGENTINA

Não é um clube, é uma estratégia.

"Não, nós não estamos formando um clube de devedores, mas apenas procurando uma estratégia comum, para obter a melhor forma de cumprir nossas obrigações" — explicava ontem, ao Jornal da Tarde, um alto funcionário da chancelaria argentina. Era bem evidente, no entanto, a existência de um pudor, quase uma vergonha, em aceitar que o fato de que a convocação assinada por quatro presidentes latino-americanos representa, efetivamente, a criação de um "clube de devedores", tal como vem sendo chamado.

Funcionários de bancos internacionais que operam em Buenos Aires falam de maneira mais clara: "Certamente que se trata de uma politização da dívida externa, e mais além da semântica se constitui em um clube de devedores" — comentava, por exemplo, em uma roda de amigos, um funcionário do Chase Manhattan Bank.

Nos meios bancários recordava-se a promessa verbal do ministro da Economia, Bernardo Grinspun, feita em Punta Del Este, que deixava de lado qualquer intenção de formar um clube de devedores.

"Não é o momento de se recordar promessas feitas sob outro contexto, quando nem mesmo os bancos privados insinuavam que dentro de mais alguns dias elevaria os interesses financeiros" — afirmou, de sua parte, um funcionário do Banco Central.

O tradicional jornal La Nación, em um

longo editorial, relacionou o aumento dos interesses com o conflito Leste-Oeste, e à pressão soviética sobre a administração Reagan. A julgar como correta a tese do jornal, também os credores haviam politizado suas funções financeiras.

Jorge Romero, secretário dos Negócios Econômicos Internacionais e um dos principais articuladores da política exterior argentina, confessou: "Esta semana os telefones têm estado funcionando muito entre nossos países". Como se recorda, o chanceler Caputo, juntamente com Romero e outros funcionários, visitaram Brasília na semana passada. "O presidente Figueiredo referiu-se à elevação dos interesses em grossos termos da linguagem popular" — comentou um dos funcionários que esteve com ele.

Segundo outras fontes, a estratégia a seguir inclui uma reunião em Bogotá, na Colômbia, marcada para o dia 11 de junho, entre chanceleres e ministros de Economia.

O presidente Alfonsín, de sua parte, tem dado prioridade ao tema da dívida externa, e, no começo do diálogo político iniciado ontem com Maria Estela Martínez de Perón, esta preocupação ocupou uma parte considerável das conversações. Por fim, fontes ligadas à chancelaria argentina acreditam que a posição da Venezuela, não assinando o documento presidencial, não é definitiva.

Hugo Martínez, de Buenos Aires.

Embaixador da Costa Rica: relações podem mudar.

A "união latino-americana" contra a alta taxa de juros cobrada pelos bancos internacionais deverá "mudar definitivamente" as relações entre os países devedores e seus credores. Esta é a opinião de Rodrigo Carreras Jimenez, embaixador da Costa Rica no Brasil, que esteve ontem com o governador gaúcho Jair Soares durante uma visita extra-oficial ao Rio Grande do Sul. Rodrigo Jimenez não afastou a possibilidade de que a Costa Rica integre o grupo dos países devedores, assim que ele se formar, mas lembrou que a adesão depende mais dos "grandes desse clube", como o Brasil, do que de seu próprio país.

A posição conjunta do Brasil, Argentina, México e Colômbia em relação à questão dos juros poderá proporcionar diversas alterações na atual política dos credores ou, "pelo menos, acabará por diminuir as atuais altas taxas e juros cobrados". Isso seria muito bem-visto pelos costarrigueños, lembrou Jimenez, porque, tendo recorrido ao Fundo Monetário Internacional desde 1978, a Costa Rica tem uma dívida externa de US\$ 4 bilhões para um país cuja população é de dois milhões de habitantes. A elevação das taxas de juros, na opinião do embaixador, levou seu país a "uma situação de mora absoluta". Durante um ano e meio os juros

da dívida não foram pagos e, "quando já estavam numa situação de delinquentes internacionais, criamos o Ministério da Dívida Externa, cuja tarefa principal era a de averiguar o total da dívida, meta que foi alcançada ao final de um ano", informou.

Para Jimenez, somente agora a Costa Rica está começando a apresentar sinais de recuperação, e no próximo mês irá ao Clube de Paris discutir a renegociação, "com os pés mais firmes". Já os uso cinco milhões de dólares devidos ao Brasil serão objeto de reuniões entre o gerente do Banco Central da Costa Rica, Olivier Castro, e altas autoridades monetárias daquele país com o governo brasileiro a partir desta quinta-feira.

Na visão do embaixador, ao contrário da Costa Rica que há seis anos vem-se debatendo com os problemas causados pela necessidade de pagar sua dívida externa, a estrutura econômica financeira do Brasil fará com que a Nação consiga sair da crise em que se encontra. "Aqui, os empresários têm muita visão", observou, lembrando que no país que representa, apenas no último ano foram detectados sinais de reaquecimento da economia, com a realização de investimentos de capital nacional e estrangeiro sendo mais evidentes.

NOS EUA

O documento, um produto de políticos.

Funcionários brasileiros deram a entender ontem que a área econômica do governo foi surpreendida pela declaração conjunta dos presidentes do Brasil, México, Argentina e Colômbia contra as altas taxas de juros, o protecionismo dos países industrializados e os prazos de pagamento da dívida externa.

Um assessor do presidente do Banco Central do Brasil, que acompanha Afonso Celso Pastore em sua visita a Washington, disse que só tomou conhecimento da declaração no domingo à noite. Interpretou-a como uma forma de pressão sobre os credores internacionais desses países e comentou: "Toda forma de pressão ajuda".

Pastore chegou domingo a Washington e ontem avistou-se com Paul Volcker, chairman da Reserva Federal (banco central dos EUA), visitou o FMI e participou brevemente de uma conferência sobre questões financeiras internacionais, promovida pela Universidade de Virgínia. O seminário, fechado à imprensa, prosseguiu hoje e Pastore participará de uma discussão sobre reescalonamento da dívida externa.

Funcionário de uma organização internacional declarou que os objetivos ulteriores da declaração presidencial ainda não eram conhecidos e que a área econômica do governo brasileiro esperava informações mais precisas do Itamaraty. Fonte do governo norte-americano comentou que o documento foi produto de políticos, já que os ministros econômicos brasileiros haviam reagido de maneira diferente ao aumento das taxas de juros internacionais. Referia-se à frase do ministro Delim, segundo a qual, "se cara feia resolvesse, os países não teriam problemas". A frase foi a resposta do ministro à pergunta de um jornalista, que desejava saber por que não reagia com mais veemência ao aumento dos juros.

Fontes diplomáticas e de organização internacional interpretaram a declaração como mais um sintoma de que se está esboçando um clube de devedores, cujo embrião teria surgido na operação de salvamento da Argentina (e dos bancos credores) há quase dois meses. Naquela ocasião, Brasil, México, Colômbia e Venezuela emprestaram 300 mi-

lhões de dólares à Argentina para ajudá-la a resolver seus atrasados comerciais.

A embaixada argentina apressou-se em traduzir a declaração dos presidentes latino-americanos para o inglês e distribuí-la a uma longa lista de autoridades e membros do Congresso dos Estados Unidos. Um dos que receberam o documento foi o vice-presidente George Bush. Uma fonte da embaixada não soube explicar por que não enviaram cópia ao presidente Ronald Reagan.

A conferência de que Afonso Celso Pastore participa chama-se Latin America Update, 84" e é a quarta de uma série anual promovida pelo Centro de Estudos Bancários Internacionais da Universidade de Virgínia. A conferência é co-presidida por Philip D. Parkinson, vice-presidente Senior do Bank First Chicago, e William Rhodes, do Citibank e Chairman do comitê de assessoramento dos bancos privados que coordena as negociações da dívida para o Brasil e outros países da região.

Ontem, os cem participantes — na maioria banqueiros de instituições de menor porte — ouviram exposições sobre a região em geral, México, Colômbia, Venezuela, Chile e América Central e Caribe. Hoje ouvirão oradores sobre Argentina e Brasil, além de um debate sobre o reescalonamento da dívida de países soberanos, da qual participará o presidente do Banco Central do Brasil. O orador do jantar de ontem à noite foi William B. Dale, diretor-gerente adjunto do Fundo Monetário Internacional.

Pastore fez o possível para evitar a imprensa e planeja retornar hoje mesmo ao Brasil. Na sua conversa com o chairman da Reserva Federal, Paul Volcker, fez uma rápida exposição sobre a situação do Brasil, segundo uma fonte. Em contrapartida, Volcker pareceu deixar transparecer certa desaprovção em relação à idéia de se estabelecer um teto para a cobrança dos juros dos países devedores, lançada por um alguns banqueiros e pelo próprio banco da Reserva Federal de Nova York. Volcker teria dito, segundo a mesma fonte, que a idéia tem de ser melhor analisada.

A.M. de Pimenta Neves, de Washington.

DO N.Y. TIMES

O ciclo vicioso da dívida

Este foi o editorial do jornal New York Times de ontem:

"Quando as taxas norte-americanas de juros aumentam um ponto percentual, seu custo adicional anual para os países devedores do Terceiro Mundo é de quase quatro bilhões de dólares. As taxas de juros aumentaram mais de um ponto percentual no decorrer dos dois últimos meses, e, pior, podem aumentar ainda mais. Trata-se de uma nova fase para a crise da dívida mundial, que coloca diante de um dilema particular os Estados Unidos, que assim parecem estar lucrando com os problemas dos países mais pobres.

Isto, evidentemente, irrita os países cujos pagamentos de juros já dilapidaram todos os seus rendimentos conseguidos através do comércio exterior. Por que, perguntem eles, haveriam de ser obrigados a apertar ainda mais o cinto para financiar a prosperidade dos Estados Unidos? É "loucura", disse o presidente argentino Raul Alfonsín. O presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, está igualmente preocupado se bem que de uma forma menos pungente. Os déficits orçamentários do presidente Reagan forçaram a Reserva Federal a tornar mais rígida a sua pressão sobre o crédito, mesmo sabendo que isto ameaça a recuperação dos países devedores, podendo forçá-los a optar entre os tumultos políticos e a incapacidade de pagamentos.

O remédio, ou paliativo, mais discutido a imposição de um teto sobre as taxas de juros que os países em maiores dificuldades pagam aos bancos estrangeiros, ou transformar uma parte dos juros em empréstimos a serem saldados apenas num futuro distante.

Volcker e Anthony Salomon, o presidente da Reserva Federal em Nova York, são os advogados mais ativos dessa solução. Eles acreditam que alguns dos países devedores estão chegando ao limite da carga que conseguem suportar. Eles também acreditam que a Reserva Federal poderá manipular melhor as taxas de juros contra a inflação se

for possível impedir que a dívida do Terceiro Mundo cresça ainda mais.

Qualquer alívio desse tipo, evidentemente, importaria pelo menos um custo temporário a algum outro setor. Volcker e Solomon estão, na verdade, fazendo uma campanha para que os bancos comerciais do mundo inteiro paguem essa conta — com vários esquemas contábeis para mitigar a dor. A vantagem dos bancos seria uma maior certeza de que os devedores poderão finalmente encontrar o seu caminho de volta à prosperidade, ao mesmo tempo em que a Reserva Federal poderá controlar de forma mais racional o crédito para resistir à inflação nos Estados Unidos.

A administração Reagan, infelizmente, prefere a sua posição costumeira de minimizar a crise. O secretário do Tesouro, Donald Regan, voltou a dizer que não vê necessidade de nenhuma de acomodações especiais para os países do Terceiro Mundo. E apesar de alguns banqueiros centrais e comerciais compartilharem das preocupações de Volcker, outros resistem vigorosamente a qualquer solução que implicaria uma redução dos lucros bancários.

Mais de três dezenas de países, devendo mais de 600 bilhões de dólares, tiveram de ser salvos da incapacidade de pagamento de juros no decorrer dos dois últimos anos com novos empréstimos bancários e com empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional. Em troca, eles tiveram de adotar medidas de austeridade política arriscadas. Mas essas operações de salvamento a curto prazo fizeram com que o mundo bancário praticamente saltasse de crise em crise, mesmo assim, perdendo terreno para as crescentes taxas de juros.

Somente uma reação estratégica poderá afastar todos da beira do abismo. Quando os líderes ocidentais se preparam para a sua reunião econômica de cúpula em Londres no próximo mês, nenhum assunto deveria ser considerado mais prioritário na sua agenda".

PRESSÃO PODE AJUDAR, DIZ GERRITY.

O presidente da Ford do Brasil, Robert Gerrity, acha que a nota conjunta do Brasil, México, Argentina e Colômbia "é uma forma de pressão que poderá ajudar na renegociação das dívidas externas". Para ele, a "prime rate" — taxa de juro em que se baseia a maioria dos empréstimos brasileiros no Exterior — "deverá subir, mas não chegará ao nível de 15%".

Gerrity também informou que já manteve contato com os presidentes e até mesmo com os "candidatos a ministro", para defender uma menor intervenção do Estado na indústria automobilística. Para ele, "o controle do preço não é controle de inflação".

O presidente da Ford disse ainda que o novo governo brasileiro "terá como principal missão recuperar a economia interna. Mas o mercado de automóveis só começará a crescer a partir de 1987. Enquanto isso, as exportações devem continuar aumentando".

Segundo Gerrity, a Ford já ingressou com um novo pedido de reajuste no Conselho Interministerial de Preços. A Ford havia solicitado um reajuste de 32% mas o CIP autorizou um aumento de 23,8%. "Só aí, há uma defasagem de quase nove pontos percentuais", afirmou Gerrity.

"ESTAMOS NUM MERCADO LIVRE"

O vice-presidente para o Brasil do Bank of America — o maior banco do mundo e o terceiro principal credor do País —, Joel Korn, afirmou que "há uma consciência cada vez maior no sentido de se encontrar um novo componente para controlar o custo financeiro das dívidas, porque a excessiva política monetária acabará fazendo com que os países desenvolvidos sufiquem os devedores".

Mesmo assim, Korn defendeu "soluções mais abrangentes", através de negociações envolvendo prazos mais amplos e taxas de juros mais realistas, nas quais deve ser eliminado "o elemento de incerteza, para justificar um limite sobre os juros, que devem ser próximos às condições de mercado, mas sem exageros ou irrerealidades".

Korn considera também que, apesar de "atraente", a idéia de capitalização dos juros é discutível na medida em que, para sua aplicação prática "serão necessárias mudanças profundas no sistema financeiro dos Estados Unidos. Estamos num mercado livre, onde os bancos devem canalizar seus recursos, sempre levando em conta taxas atraentes de juros".